

Canal Energia – 19/06/2009

Instituto Acende Brasil defende divulgação de relatório que baseou despachos fora da ordem

ONS afirma que para aumentar transparência, decidiu que propostas feitas a CMSE serão transformadas em Nota Técnica e distribuída a todos agentes

Fábio Couto e Alexandre Canazio*, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

O **Instituto Acende Brasil** defendeu a divulgação dos relatórios que deram base à decisão de despacho fora da ordem de mérito. Segundo o presidente da entidade, **Claudio Sales**, o Operador Nacional do Sistema Elétrico teve uma chance de esclarecer a respeito de uma decisão operativa que resultou em um dispêndio em Encargos de Serviço do Sistema, que pode chegar a R\$ 3,1 bilhões em dois anos - R\$ 2,3 bilhões no ano passado e R\$ 800 milhões previstos para este ano.

Ele salienta que as decisões operativas do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico devem ser tomadas com base em relatório específico do ONS, conforme determinado pela Resolução 8/2007, que permitiu a criação da geração fora da ordem de mérito. "Onde está o relatório técnico, a análise, que fundamenta a decisão? E pergunto ainda pelo relatório que demandará aos consumidores deste ano outros R\$ 800 milhões?" questiona **Sales**.

O executivo destacou que não questiona os dados públicos do ONS, mas sim a falta de divulgação dos relatórios que dão base à decisão de despacho fora da ordem de mérito. **Sales** fez as afirmações em função da resposta do diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, ao artigo que o executivo havia publicado na semana passada na Agência CanalEnergia. Ainda de acordo com o presidente do **Instituto Acende Brasil**, o impacto do ESS nas contas de luz será atualizado na sétima edição do Programa Energia Transparente, que será realizado na próxima terça-feira, 23 de junho. O estudo foi apresentado pelo instituto em parceria com a PSR Consultoria.

Outro lado - Procurada pela Agência CanalEnergia, o diretor-geral do ONS, afirmou que, para aumentar a transparência, decidiu que as propostas feitas ao CMSE serão transformadas em Nota Técnica e distribuída a todos os agentes. "Mas no comitê, cabe ao ONS fazer uma proposta. Até hoje [as propostas] não foram rejeitadas pelo CMSE. A decisão do comitê tem sido aderente, agora quando não for, cabe a ele [CMSE] divulgar. O que tenho que fazer eu tenho feito", disse Chipp, após participar do II Fórum Cogen/CanalEnergia: Expansão da Cogeração na Matriz Energética Brasileira, na última quinta-feira, 18, em São Paulo.

Já o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, também presente ao evento, o aumento do ESS é necessário. Para ele, o ONS está cumprindo sua função de garantir a segurança do sistema e que tem um custo inerente ao despacho. "Quanto custa perder 2% de PIB por causa de um racionamento? Esse custo é necessário porque dá segurança ao sistema", comentou.